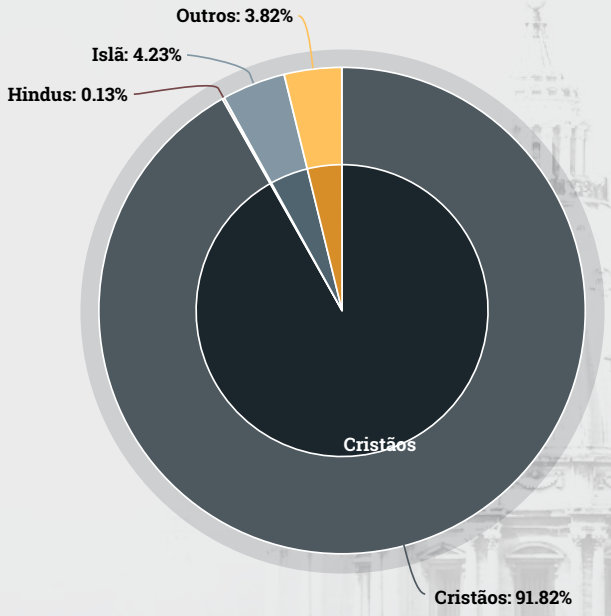
Grécia

Área
131.957 km²

População
11.093.000

Política
Democracia

Língua(s)
Grego



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição reconhece a Igreja Ortodoxa Grega como a "religião dominante". O texto fundamental afirma que a liberdade de consciência religiosa é inviolável e prevê a liberdade de culto sob a proteção da lei, com algumas restrições. O desenvolvimento da consciência religiosa entre os cidadãos é apresentado como um dos objetivos da educação estatal.

A Constituição afirma que as formas ilegais de proselitismo, como por exemplo a chantagem e a fraude, são proibidas. As seguintes práticas não são consideradas proselitismo e por isso, são totalmente legais: anúncios públicos da própria fé religiosa, decisão natural de mudar de religião ou crença através da persuasão por argumentos ou convicção pessoal, sermões, atividades missionárias, publicação e venda ou distribuição de materiais impressos, palestras de admissão pública e livre, tanto dentro de portas como ao ar livre, bem como qualquer referência pública à crença religiosa. A prática da fé não deve ofender a ordem pública ou a moral. Por exemplo, é proibido o uso de substâncias narcóticas por razões religiosas ou os suicídios em massa, pois eles infringem as liberdades e a dignidade individual. Em setembro de 2014, as leis existentes sobre o discurso de ódio foram revistas para introduzir uma acusação mais restrita desses casos.

Nos últimos anos, a Igreja Ortodoxa Grega, a Comunidade Judaica e a minoria muçulmana da Trácia foram as únicas organizações religiosas com estatuto oficial de entidades legais no âmbito da lei pública. Em outubro de 2014, o Parlamento aprovou legislação que pela primeira vez prevê o estabelecimento de entidades religiosas legais para além destes três grupos. A lei reconhece automaticamente as seguintes entidades legais: Igreja Católica, Igreja Evangélica, dois grupos cristãos evangélicos, e as Igrejas Ortodoxas Etíope, Copta, Armênia e Assíria. A lei de Outubro de 2014 também prevê o reconhecimento da lei canônica da Igreja Católica.

Para os grupos a quem não foi concedido automaticamente o estatuto legal, a lei estabelece critérios para o reconhecimento legal de grupos religiosos, desde que estes cumpram certos requisitos relacionados com o número de membros, qualificações dos seus líderes e adesão à ordem pública. Assim que um grupo religioso obtém o estatuto legal, pode transferir bens legalmente e administrar casas de oração e culto, escolas privadas, instituições de caridade e outras entidades sem fins lucrativos. A nova lei também permite que as comunidades religiosas sem estatuto de entidades legais se apresentem perante os tribunais administrativos e civis apresentando queixas ou como réus.

Em maio, o Ministério da Educação e dos Assuntos Religiosos, o Ministério do Ambiente, Energia e Alterações Climáticas, o Ministério da Ordem Pública e da Proteção dos Cidadãos, e o Ministério da Saúde publicaram uma decisão ministerial conjunta relacionada com a concessão de autorizações para casas de oração. A decisão implicou aprovações por parte de departamentos de planejamento urbano para atestar o cumprimento de regulamentos locais, de saúde pública e de

segurança de uma proposta de criação de uma casa de oração. Uma vez obtidas, as aprovações de planejamento têm de ser submetidas ao Ministério da Educação e dos Assuntos Religiosos, juntamente com os documentos descrevendo os princípios básicos e os rituais do grupo religioso, bem como uma biografia do ministro religioso ou líder. Os grupos elegíveis pedindo autorizações para casas de oração têm de ser classificados como religiões conhecidas, sem doutrinas escondidas e com ritos de culto abertos ao público. É requerida uma autorização separada para cada local de culto específico.

Um grupo religioso que tenha obtido pelo menos uma autorização válida é considerado como "religião conhecida" e adquire proteção perante a lei. Esta proteção foi reiterada pela Lei das Entidades Religiosas de 1 de outubro. Os grupos religiosos que nunca receberam autorizações para casas de oração e que não obtiveram o estatuto legal no âmbito da lei de 1 de outubro, incluindo a Igreja da Cientologia, os Hare Krishnas e os grupos helênicos politeístas, não podem funcionar como entidades legais. Alguns grupos funcionaram como organizações registradas de direito civil sem fins lucrativos. O Governo não reconhece legalmente os casamentos realizados por estes grupos religiosos.

A instrução religiosa ortodoxa grega nas escolas de ensino fundamental e médio faz parte do currículo escolar. Os estudantes podem ficar isentos mediante pedido, independentemente da sua filiação religiosa. A lei não permite a instrução religiosa não ortodoxa grega nas escolas públicas, com exceção para a opção de instrução religiosa islâmica nas escolas públicas da Trácia para a minoria muçulmana reconhecida, e instrução religiosa católica opcional nas escolas públicas das ilhas de Tinos e Siros.

Todos os grupos religiosos, incluindo a Igreja Ortodoxa Grega, estão sujeitos à tributação dos seus bens usados para fins não religiosos. As propriedades usadas apenas para fins religiosos mantiveram-se isentas de tributação fiscal de acordo com a alteração na lei em 2013.

O Tratado de Lausana de 1923 concede à minoria muçulmana reconhecida na Trácia o direito a manter mesquitas e organizações sociais e de caridade (awqafs), permite que os muftis nomeados pelo Governo prestem serviços judiciais religiosos na área do direito familiar e prevê a educação bilíngue para a minoria muçulmana. O Governo continuou disponibilizando espaços sem custos a alguns grupos de muçulmanos cujos membros solicitaram espaços de culto durante o Ramadã e para outras ocasiões religiosas. A polícia fechou algumas mesquitas informais sem autorizações e em locais que não cumpriam os padrões de segurança para espaços públicos. Os líderes muçulmanos em Atenas continuaram criticando a ausência de uma mesquita financiada pelo Governo e a falta de cemitérios muçulmanos no exterior da Trácia, afirmando que isto obrigava os muçulmanos a viajarem para a Trácia para os enterros islâmicos. Além disso, os regulamentos municipais para os cemitérios requerem a exumação dos corpos após três anos, o que vai contra a lei islâmica.[1]

Em 31 de julho de 2014, o Parlamento aprovou uma lei que contém disposições técnicas que permitem a criação de instalações de crematório. A Igreja Ortodoxa Grega opõe-se a esta lei, protestando o seu "caráter inconstitucional", pois ameaça a liberdade religiosa nas instalações que não desejem disponibilizar enterros por cremação.[2]

INCIDENTES

Discriminação e discursos de ódio, incluindo afirmações antissemitas e anti-islâmicas, foram dirigidas a membros de minorias religiosas e imigrantes. Como a religião e a etnicidade estão muitas vezes estreitamente interligadas, é difícil categorizar muitos incidentes como sendo exclusivamente baseados na identidade religiosa. Ocorreu vandalismo de cemitérios e monumentos memoriais e ataques a casas de culto de diversos grupos religiosos. Os casos conhecidos foram condenados pelas entidades governamentais.

Houve casos de ostracismo social por causa da não filiação na Igreja Ortodoxa Grega. Um pequeno número de bispos metropolitanos da Igreja Ortodoxa Grega fez afirmações antissemitas em cartas e nas redes sociais, incluindo encorajarem aos leitores para que lessem os Protocolos dos Anciãos de Sião e culparem os Judeus pelas mortes generalizadas de cristãos no Norte da África e no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, houve muitos casos de clérigos da Igreja Ortodoxa Grega que defenderam a liberdade religiosa de outros grupos e que participaram em serviços ecumênicos.

Em 27 de junho de 2014, agressores desconhecidos vandalizaram o monumento em memória do Holocausto em Atenas com pichações antissemitas contendo ameaças contra a comunidade judaica. Em 30 de outubro, o monumento foi vandalizado novamente por agressores desconhecidos. O Governo, incluindo o primeiro-ministro, denunciou publicamente os incidentes.

Em setembro de 2014, indivíduos desconhecidos dispararam sobre uma casa de oração sikh em Maratona. Nesse mesmo dia, indivíduos desconhecidos quebraram janelas de uma outra casa de oração sikh. Em 17 de outubro de 2014, indivíduos desconhecidos colocaram uma cabeça de porco e slogans antimuçulmanos na frente do Centro Educativo Helênico-Árabe em Atenas. O Ministério dos Negócios Estrangeiros condenou o incidente.[3]

Durante a Páscoa de 2016, a Igreja de Todos os Santos no distrito de Kallithea em Atenas foi incendiada por indivíduos

[1] http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dlid=238386#wrapper

[2] http://www.ekathimerini.com/206522/article/ekathimerini/news/church-vows-to-continue-fight-against-unconstitutional-crematoriums

[3] http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dlid=238386#wrapper

desconhecidos. Algumas testemunhas referiram "pessoas que falavam árabe" como culpados.[4]

Em junho de 2016, uma igreja ortodoxa grega em Creta foi manchada com fezes por invasores que se disseram pertencentes modernos das antigas religiões pagãs gregas. Várias outras igrejas em Creta foram também vandalizadas por neopagãos, por exemplo colocando mensagens anticristãs em ícones.[5]

O Serafim Metropolitano de Pireu opôs-se a planos para a construção de uma mesquita oficial em Atenas. Os aliados da construção alegam que esta seria uma medida para impedir que o Islamismo na Grécia se torne clandestino e mais radical. Houve relatos de sermões com discursos de ódio em mesquitas não oficiais. Esses lugares foram também fisicamente atacados por membros do partido de extrema direita Aurora Dourada.[6]

Em 2014 e 2015, três mesquitas em Atenas receberam uma licença, enquanto muitas mais permanecem como não oficiais e, por isso, ilegais. Embora os pregadores regulares raramente constituam um problema, há o perigo de pregadores convidados permanecerem apenas para uns quantos sermões e propagarem posições extremistas.[7]

Em outubro de 2015, o cemitério judeu em Atenas foi vandalizado pelo C-18, um pequeno grupo neonazista.[8] Christos Pappas, membro do partido Aurora Dourada, atacou Israel como o "eterno inimigo da Grécia e da Igreja Ortodoxa", evidentemente estabelecendo a ligação entre ambas. Este é um exemplo da interligação entre violência étnica e religiosa por membros do partido da extrema direita. O ministro da Defesa grego Panos Kammenos criticou estes comentários como racistas e xenófobos. O próprio ministro Kammenos foi atacado no passado por proferir comentários antissemitas, mas desde então expressou uma atitude mais positiva para com Israel.[9]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Considerando a situação política, econômica e social muito difícil na Grécia, que enfrenta o peso total da crise de refugiados e da crise financeira, além da existência de um partido de extrema-direita, o futuro da liberdade religiosa no país parece extremamente positivo. A lei aprovada em Outubro de 2014, que permitiu o reconhecimento legal de grupos religiosos para além da Igreja Ortodoxa Grega, da Comunidade Judaica e da minoria muçulmana na Trácia, foi um passo enorme para a melhoria da liberdade religiosa. Outro passo positivo foi uma lei também aprovada em 2014 que reintroduziu a cidadania grega para os judeus que perderam a cidadania na altura da Segunda Guerra Mundial.

A Igreja Ortodoxa Grega continua se beneficiando de apoio governamental. Contudo, ao contrário dos anos anteriores, não houve qualquer relato de outros grupos religiosos se queixarem sobre a quantidade de ajuda financeira dada à Igreja Ortodoxa.[10] O Governo deu vários passos para promover o diálogo inter-religioso e a tolerância religiosa.

Durante uma visita pontifícia à ilha de Lesbos em abril de 2016, o Papa Francisco juntou-se a outros líderes religiosos para expressar o seu apoio à resposta humanitária e ecumênica à crise dos refugiados. Foi também acordado que a possibilidade das comunidades religiosas permanecerem em segurança na sua pátria continua sendo o objetivo principal.[11] A Igreja Ortodoxa Grega tem estado envolvida na ampla ajuda humanitária aos refugiados, organizando cozinhas para distribuição de alimentos a imigrantes de todas as nacionalidades e religiões, e animando os crentes a aproximarem-se dos que precisam de ajuda. Além disso, financiou crianças refugiadas que chegavam sem os pais e um centro para pessoas que chegavam à ilha de Chios. A organização de caridade Apostoli, financiada pela Igreja, está por detrás de muitos destes projetos.[12]

[4] http://www.frontpagemag.com/fpm/263101/christians-beheaded-and-slaughtered-easter-raymond-ibrahim

[5] http://www.christiantoday.com/article/modern.pagans.are.the.greek.gods.on.their.way.back/87965.htm

[6] http://www.abc.net.au/news/2016-06-11/muslims-forced-to-worship-in-underground-mosque-in-athens/7501488

[7] http://greece.greekreporter.com/2015/11/23/three-legal-mosques-operating-in-athens-many-more-illegally/

[8] http://greece.greekreporter.com/2015/10/22/athens-jewish-cemetery-vandalized-by-neo-nazi-group/

[9] http://www.haaretz.com/jewish/news/1.722675

[10] http://www.spiegel.de/international/europe/crisis-prompts-greek-government-to-push-austerity-on-orthodox-church-a- 858905.html (acedido em Abril de 2016).

[11] http://www.france24.com/en/20160416-catholic-orthodox-unite-migrants-refugee-crisis-greece-pope

[12] https://www.theguardian.com/world/2015/dec/15/love-has-no-religion-priests-and-pastors-reach-out-to-refugees